

NOTAS DE LEITURA

PARA UMA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA NO BRASIL

José Borges Neto*

Finalmente aparece em forma de livro a tese de doutorado de Cristina Altman, defendida na USP em 1993¹. Se, rigorosamente falando, não se trata do primeiro texto a fazer História da Lingüística no Brasil, creio que se trata da primeira obra a tentar dar uma interpretação dessa história com base nas modernas metodologias de história da ciência. Nesse sentido, o livro de Altman é fundamental não só para o entendimento dos rumos, encontros e desencontros da lingüística no Brasil como para a instauração de uma linha de pesquisas em historiografia da lingüística em nosso país.

O livro contém 11 capítulos, dois apêndices e os vários índices de regra. Há ainda uma Nota Prévia, da autora, e o Prefácio, assinado pelo Prof. Ataliba Teixeira de Castilho, que além de prefaciador, foi examinador da tese que deu origem ao livro (e é importante personagem dele).

Nas palavras de Castilho (trecho do prefácio reproduzido na contracapa):

O livro que se vai ler revela, em páginas densas, porém elegantemente escritas, por que a Lingüística Brasileira é como é.

* Universidade Federal do Paraná

1 ALTMAN, Crsitina. *A pesquisa lingüística no Brasil* (1968-1988). São Paulo: Humanistas / FFLCH-USP, 1998. 380 p.

Indiretamente, ele propõe a instalação da Historiografia da Lingüística em nosso meio, e este será, estou seguro, mais um de seus méritos.

O conteúdo do livro

O capítulo I nos traz uma discussão metodológica sobre a historiografia da lingüística. É o capítulo em que se definem as categorias e as “visadas” que serão projetadas sobre os dados fatuais com vistas à sua interpretação histórica.

A metodologia utilizada por Cristina Altman foi desenvolvida por Pierre Swiggers, da Universidade de Leuven, a partir da noção de *paradigma* de Thomas Kuhn e da noção de *grupos de especialidade* de Stephen Murray. O procedimento básico para a descrição do processo histórico consiste em acompanhar a formação dos grupos de especialidade (grupos de pesquisadores que realizam pesquisas aparentadas, lêem os mesmos autores, citam-se mutuamente, publicam nas mesmas revistas etc.) e em descrever as relações que se estabelecem entre cada um desses grupos e os grupos contemporâneos, bem como as alterações internas e os processos de substituição de um grupo por outro na linha do tempo. Num certo sentido, cada grupo de especialidade é uma *comunidade* e as diretrizes científicas compartilhadas constituirão um paradigma.

Instrumentada por esta metodologia, Altman, no capítulo II, caracteriza os grupos dominantes no período pré-68 no Brasil. Mostra-nos que o paradigma dominante era o da Filologia (incluindo aí a lingüística histórica e a dialetologia) e que nessa comunidade científica não havia lugar para uma *lingüística* (entendida como estudo da sincronia).

No capítulo III, Altman discorre sobre os *outsiders* do paradigma filológico que, no pré-68, insistiam em ser vistos como “lingüistas” e que nem sempre mantinham relações amistosas com a comunidade dominante. Entre os “lingüistas”, o grande destaque é dado a Mattoso Câmara Jr, que juntamente com Aryon Rodrigues, introduziu a perspectiva estruturalista nos estudos lingüísticos no Brasil.

Ainda no capítulo III, Altman descreve a situação geral das universidades brasileiras no período e as características dos cursos de Letras que, fundamentalmente, constituíam-se no único “mercado” disposto a “consumir” estudos da linguagem. Merece destaque ainda o papel que o primeiro programa de pós-graduação (Universidade de Brasília – 1963) teve na formação de lingüistas voltados ao trabalho de campo numa tradição de pesquisa eminentemente estruturalista.

Já no capítulo IV, encontramos uma descrição das primeiras relações mais consistentes (relações esporádicas e informais existiam há muito mais tempo) entre a lingüística nascente e a antropologia, a filosofia, a sociologia e a psicologia. Fala-se também do período de formulação e de implantação de uma política geral de pós-graduação no Brasil, voltada à formação de *pesquisadores* e não de *professores de lingüística*.

Nos capítulos seguintes (V a IX), Altman analisa detalhadamente os autores, os temas e as orientações teóricas dos textos publicados nas principais revistas de lingüística.

Inicia, no capítulo V, pelas revistas *Estudos* e *Estudos Lingüísticos*, ambas publicadas pelo Instituto de Idiomas Yázigi de São Paulo, a primeira entre 1961 e 1964, e a segunda de 1966 a 1968. Segundo a análise, ambas as revistas tinham um caráter fortemente não-teórico, de um ponto de vista estritamente lingüístico, com muitas incursões nas questões metodológicas do ensino de línguas.

No Capítulo VI, analisa as contribuições feitas à *Revista Brasileira de Lingüística*, publicada pela Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística (SBPL) entre 1974 e 1984. Neste capítulo, Altman mostra que os primeiros grupos de especialidade a se reconhecerem como “lingüistas” utilizaram a revista como lugar privilegiado para suas publicações. Começa a haver uma preocupação crescente com a teorização e o grande tema de discussão é a necessidade de substituir o paradigma da gramática “tradicional”, tanto enquanto meio de descrição como de prática pedagógica, por alguma das teorias emergentes, sem haver, no entanto, acordo sobre qual seria essa teoria substitutiva: gerativismo, alguma das versões do estruturalismo, gramáticas lógicas, gramática construtural etc. Em outras palavras, o que a análise das contribuições feitas à RBL revela é que já existe uma consciência de “comunidade” entre os lingüistas, sem que as escolhas teóricas mais finas estejam definidas: sabe-se o que não se é sem que se saiba exatamente o que se é.

O capítulo VII analisa as contribuições aos *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, publicados pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP desde 1978. O capítulo VIII analisa as contribuições feitas aos *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*, particularmente aos *Ensaio de Lingüística*, publicados na UFMG desde 1978. E, finalmente, no capítulo IX, analisam-se as contribuições feitas na revista *Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* (DELTA), publicada pela PUC-SP, desde 1985 (com o patrocínio da ABRALIN, desde 1988). Com a análise desses três periódicos, Altman nos mostra o processo de consolidação de alguns grupos de especialidade e o

surgimento das críticas mútuas, conflitos, propostas de fusão de paradigmas e do surgimento de novos paradigmas.

No capítulo X, Altman faz uma síntese do que ela chama de “Os primeiros 25 anos da Lingüística no Brasil”, usando os dados coletados e analisados nos capítulos anteriores para mostrar a trajetória dos estudos lingüísticos em nosso país. Altman mostra a grande mudança de atitude da comunidade, que se vai encontrar nos anos 70, que embora se considere profissionalmente “lingüista” ainda não se distingue muito claramente nem dos antecessores nem dos contemporâneos. Sobre esse período, Altman afirma:

A tônica do momento era a diversificação. A multiplicidade se refletiu, em primeiro lugar, nos tipos de artigos veiculados pelos periódicos. A proporção entre artigos programáticos — que propunham um ‘novo’ modelo ou um ‘novo’ tipo de investigação; artigos de crítica — que refutaram, total ou parcialmente análises já feitas e que, no lugar, propuseram outra; e artigos de pesquisa — que simplesmente aplicavam um modelo, é bastante diferente na década de setenta, em relação às décadas de sessenta ou oitenta.

Nos anos 60, o predomínio era de artigos de pesquisa, revelando que os lingüistas brasileiros estavam receptivos às teorias alienígenas, mas que não refletiam criticamente sobre elas: é um período de reconhecimento das potencialidades das teorias. Nos anos 70, temos a proliferação dos artigos programáticos (21% dos textos publicados nos periódicos investigados eram programáticos), indicando uma busca de refinamento teórico e, agora sim, uma consolidação de grupos de especialidade mais maduros. Nos anos 80, encontramos um aumento no número de artigos de pesquisa e uma grande queda no número de artigos programáticos (que passam a ser apenas 6% dos artigos publicados), o que revela a estabilização dos grupos de especialidade que, definida a base teórica, podem dedicar-se à análise dos dados lingüísticos (à prática da “ciência normal”, nos termos de Kuhn).

O capítulo XI do livro de Cristina Altman é um capítulo de conclusão em que a autora desenvolve comentários sobre duas conclusões gerais:

a) a emergência de uma prática ‘lingüística’, em oposição a uma prática ‘filológica’, se traduziu de maneira geral, no contexto brasileiro, pela oposição criada sempre entre dois eixos, tais

como: filologia x lingüística; texto x sentença; diacronia x sincronia; descrição x explicação; Europa x Estados Unidos;
b) a produção lingüística brasileira se desenvolveu ao longo do período em foco pela valorização e preferência pela análise sincrônica, explicativa e formal dos componentes da sentença (p. 295-296).

Altman deixa claro que o peso maior ou menor de cada pólo dos vários eixos varia de intensidade ao longo do período e que essa ponderação também varia entre os grupos de especialidade. As oposições, no entanto, permanecem constantes durante todo o período.

Os apêndices do livro trazem uma listagem dos artigos analisados, organizados por periódico e por autor, (apêndice 1) e um mapeamento da produção do período tendo em vista a temática e a orientação predominante (apêndice 2). Os apêndices revelam-se muito úteis no acompanhamento da argumentação da autora e certamente poderão servir de ponto de partida para outros trabalhos sobre o período.

A metodologia

A metodologia adotada por Altman revela-se extremamente adequada ao tratamento do período escolhido.

De forma geral, as metodologias de História da Ciência trabalham com “teorias” ou com “comunidades” mais ou menos bem estabelecidas. Por exemplo, Kuhn e Lakatos analisam o desenvolvimento de uma ciência a partir do (eventualmente reiterado) surgimento de “paradigmas” (para Kuhn) ou “programas de investigação” (para Lakatos) em contraposição a outros paradigmas (ou programas de investigação) já existentes. No momento da consolidação de uma ciência particular (no momento do surgimento do primeiro paradigma ou primeiro programa de investigação), o que encontraríamos seria um cientista “genial” propondo uma teoria que fosse vista como potencialmente interessante pelos contemporâneos que, abandonando as práticas prévias passam a engrossar a nova comunidade.

Obviamente, o caso brasileiro não se enquadra facilmente em nenhuma dessas categorias. Nem tivemos um caso clássico de conflito entre paradigmas, nem foi o caso de se fazerem propostas teóricas inovadoras que levaram à substituição de paradigmas. Os verdadeiros conflitos entre os paradigmas que estavam em jogo na cena da lingüística brasileira nos anos 60, 70 e 80 já haviam

se dado em outros lugares e em outros tempos (perspectiva filológica já havia sido desbancada pelo estruturalismo no início do século, a partir do trabalho de Saussure e de suas repercussões, e o próprio estruturalismo já tinha suas posições sob o fogo cerrado dos adeptos do gerativismo desde o final dos anos 50).

Simplemente, não podemos abordar o caso brasileiro a partir de noções como “Revolução Científica” porque vivíamos aqui um caso de revolução “requentada”. Na verdade, o que tivemos foi simplesmente um processo de “atualização”, com a comunidade dos “lingüistas” brasileiros tentando “acertar o passo” com os lingüistas europeus e americanos. Ou, para ser mais preciso, o que tivemos foi o surgimento de uma nova geração de estudiosos da linguagem, descomprometida com a tradição dos estudos filológicos, e voltada para o que de mais recente se fazia na Europa e nos Estados Unidos.

O período analisado por Altman não é um período em que se verifiquem conflitos ideológicos relacionados com os fazeres científicos *de um ponto de vista interno*. Não eram as *teorias* que estavam em jogo. No caso brasileiro, o que estava em jogo eram as *práticas*. Os conflitos, então, devem ser vistos *de um ponto de vista externo*. Se há uma “revolução” no Brasil dos anos 60, ela é de *doxa* e não de *episteme*.

Consciente disso, e atenta aos fatos e às necessidades explicativas que esses fatos demandam, Cristina Altman vai utilizar uma metodologia historiográfica que nos permite tratar a dimensão externa do desenvolvimento científico, sem cair na mera crônica (risco que correm as “histórias externas”). A metodologia dos “programas de investigação” de Swiggers, talvez até em virtude de suas deficiências², revelou-se à altura do empreendimento.

O apelo à noção de “grupos de especialidade”, noção oriunda da Sociologia da Ciência e descendente direta da noção de “Invisible College”, e a demonstração de que é possível acompanhar o processo de formação desses grupos na comunidade brasileira a partir das publicações em nossos periódicos (poucos e irregulares, infelizmente), embora não necessariamente ligado à metodologia de Swiggers, enriqueceu notavelmente o resultado final do trabalho.

2 Num certo sentido, a metodologia de Swiggers simplesmente retoma, e torna vagos, os conceitos fundamentais da metodologia dos programas de investigação científica de Imre Lakatos, permitindo a incorporação dos dados externos ao modelo explicativo, dados que na metodologia de Lakatos (essencialmente internalista) são tratados em paralelo.

Conclusão

O livro de Cristina Altman, por meio de uma análise detalhada, e adequadamente fundamentada, nos revela o longo e tortuoso processo de implantação dos estudos lingüísticos “modernos” na academia brasileira. Simultaneamente, exemplifica o que poderia ser um modo adequado de se fazer história da lingüística num contexto de diversificação ideológica como o que vivíamos no Brasil na década de 60. O resultado é um livro riquíssimo em informações, tanto fatuais quanto metodológicas.

Creio que o livro, pela sua importância inerente e pelo pioneirismo, merecia um tratamento gráfico mais cuidadoso, principalmente com relação à capa (quase ilegível, em função de uma péssima composição de cores e de fontes de letras). De qualquer forma, trata-se de um livro imperdível para quem quer saber mais sobre como funcionam as academias e para quem quer saber porque a lingüística que se faz no Brasil tem as características que tem. Um livro imperdível para quem faz (ou gostaria de fazer) história da lingüística.

Lisboa, fevereiro de 1999.